

SESSÃO NACIONAL
23 e 24 de maio de 2016

Portugal: assimetrias litoral/interior. Que soluções?

Recomendação à Assembleia da República

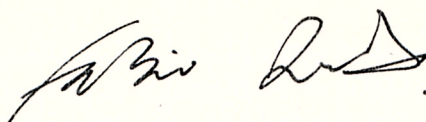
Os deputados à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens/Secundário recomendam à Assembleia da República a adoção das seguintes medidas:

1. Incentivos à criação de empresas que aproveitem os recursos endógenos, pela redução da carga fiscal, pela atribuição de apoios e subsídios e pela demarcação e certificação de produtos locais.
2. Melhoria das rotas comerciais, desenvolvendo o transporte aéreo entre as ilhas e o Continente e, como complemento, a criação/melhoria da linha ferroviária que ligue as cidades do interior, assim como Lisboa e Porto, inserindo-a ainda na rede transeuropeia de transportes.
3. Dinamização dos parques empresariais no interior, reduzindo as taxas de IRC cobradas às empresas aí situadas, sendo esta uma diminuição progressiva, atribuindo ainda linhas de crédito (Invest 2020) aos jovens recém-formados nos polos universitários do interior do país.
4. Implementação de parcerias entre as autarquias e universidades/institutos politécnicos do interior, para a criação de estágios *on land* para o desenvolvimento, em ambiente de trabalho, das práticas e competências adquiridas na vida académica e criação de incentivos à fixação no interior.
5. Redução de impostos para a população residente nas regiões mais despovoadas do interior, para atrair população, investimento externo, capital de risco e formação de *start-ups*, através da criação de espaços de *co-working*, levando ao desenvolvimento dos territórios do interior.
6. Criação de incubadoras de empresas rurais que explorem terrenos autárquicos e que inculquem o espírito empreendedor nos jovens. Para tal, seria efetuado o intercâmbio de alunos e de conhecimentos entre as próprias incubadoras e as universidades que possuem cursos ligados à área agrícola. Seria necessário usar os apoios do Programa de Desenvolvimento Rural 2020 e da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, já que o investimento em terrenos agrícolas não é acessível a todos.

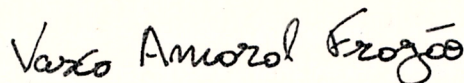
7. Apoio às PME através da facilitação da sua criação, diminuindo burocracias; atribuição de benefícios fiscais durante a sua fixação no interior; revitalização e modernização das redes ferroviárias e de todas as infraestruturas necessárias.
8. Aumento das ofertas culturais e turísticas no interior do território português, protegendo e divulgando o património, mediante a reconstrução e restauro de monumentos, e promovendo eventos turísticos, através da criação de uma identidade regional vocacionada para a promoção turística do espaço rural e circuitos de aldeias, pois estas dispõem de história, tradição e gastronomia que urge preservar.
9. Reforço do atendimento nos cuidados de saúde primários, quer através de incentivos para os profissionais de saúde, quer através da abertura de mais vagas para as especializações nos hospitais do interior, bem como através da melhoria das infraestruturas públicas necessárias para o efeito.
10. Incentivo ao estabelecimento de parcerias entre entidades do setor primário (visto que grande parte da atividade económica do interior gira em torno daquele) e dos setores secundário e terciário, de modo a publicitar a produção local e a contribuir para o aumento das exportações a nível nacional e para a fixação de mão-de-obra qualificada nestas zonas.

Aprovada na Sessão Plenária de 24 de maio de 2016.

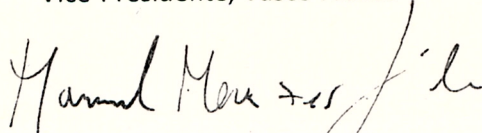
Os Membros da Mesa



Presidente, Fábio David



Vice-Presidente, Vasco Frazão



Secretário da Mesa, Manuel Silva



Secretária da Mesa, Clara Martins